

# LABORATÓRIO I, III e V: Os conceitos fundamentais do Direito Político – Crise e Perspectivas do Federalismo e da Separação dos Poderes no Brasil

(Plano de Trabalho)

**Docentes responsáveis:** Nuno M. M. S. Coelho e Gustavo Assed Ferreira.

**Número máximo de participantes:** quantas forem as pessoas interessadas.

**Disciplinas:** Laboratório I, Laboratório III e Laboratório V.

## 1. Objetivos

**Objetivos gerais:** Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitem para a atuação jurídica no campo do Direito Público, e em especial do Direito Político e Administrativo, a partir de sua compreensão constitucionalmente adequada (de acordo com o paradigma do Estado Democrático de Direito).

**Objetivos específicos:** Conhecer a história, os contornos constitucionais e legais (materiais e processuais), e as instituições político-jurídicas centrais para compreender o funcionamento, do Brasil, do Federalismo e da Separação dos Poderes.

**Temário e atividades:** O Curso será dedicado aos temas fundamentais do Direito Político (formas de Estado, formas de governo, sistemas de governo, sistemas eleitorais, partidos políticos, regimes políticos... com ênfase na compreensão do Federalismo e da Separação dos Poderes no Brasil), examinando os textos fundamentais da doutrina estrangeira e brasileira, a sua história no Brasil, sua presença no direito comparado, as discussões jurídicas práticas que levantam hoje no País. Ademais, tratará dos principais desafios jurídicos enfrentados pela Administração Pública Municipal.

Haverá uma viagem à cidade de São Paulo, para visita ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Os alunos deverão visitar Câmaras Municipais da região, para colher entrevistas com Vereadores acerca dos temas estudados

## 2. Atividades didático-pedagógicas

Reunião de planejamento	Discussão do projeto. Indicação e discussão da bibliografia, do plano de trabalho, da avaliação e do calendário	27.02 – de 15h a 16h
Reuniões de aprofundamento teórico ( <u>Sala B11</u> )	Análise de Constituição, leis e jurisprudência, direito comparado e doutrina - sobre os temas Federalismo e Separação de Poderes. Análise de casos selecionados. Administração Pública Municipal: desafios jurídicos da gestão pública	13.03 – de 13h a 15h 20.03 – de 13h a 15h 03.04 – de 13h a 15h 24.04 – de 13h a 15h 08.05 – de 13h a 15h 15.05 – de 13h a 15h 29.05 – de 13h a 15h Data a definir -Palestra e debate com Conselheiro Dimas Ramalho, do TCE-SP.
Plano de visitas	Visitas orientadas a Instituições situadas na cidade e no Estado de São Paulo, como Câmaras Municipais, Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa.	Datas a definir.
Resultados esperados/produtos	Produção de: - manual de orientação do agente político, com informações que ajudem Vereadores a atuar de modo efetivo, com conhecimento das atribuições do Legislativo Municipal na conformação brasileira do Federalismo e da Separação de Poderes; - programas de rádio; - seminário aberto à comunidade; - seleção de bibliografia brasileira e de julgados relevantes sobre Federalismo e	O prazo para entrega dos produtos será o dia 12 de junho de 2019.

	Separação de Poderes.	
Apresentação final dos trabalhos	Encontro para apresentação e discussão públicas dos resultados.	12.06 – de 13h a 15h

### 3. Atividades de ensino, pesquisa e extensão

As atividades de ensino consistirão em exposições e debates sobre os contornos dogmáticos dos princípios do Federalismo e da Separação de Poderes – e seus impactos sobre a prática do Direito Político.

No campo do Direito Administrativo, serão abordados temas como Dívida Ativa, Planos de Cargos e Salário, Reforma da Lei Orgânica, Criação e Implantação de Procuradoria e Controladoria e Concursos Públicos.

As atividades de pesquisa consistirão em análises e problematizações acerca da compreensão jurisprudencial sobre os princípios referidos – e seus impactos sobre o direito político.

As atividades de extensão consistirão em atividades de divulgação científica a serem organizadas no quadro do projeto (seminários, programas de rádio, cartilhas e textos em meios de divulgação).

### 4. Articulação com PPP-FDRP

A articulação com os objetivos didático-pedagógicos do PPP da FDRP-USP manifesta-se com a preocupação de desenvolver as habilidades e os valores compatíveis com o paradigma do Estado Democrático de Direito, que não se pode realizar senão no quadro de uma cidadania atuante que se responsabiliza pela efetividade dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais e não se vê simplesmente como cliente do Estado e dos serviços públicos que presta.

### 5. Eixo temático

O projeto reunirá alunos do primeiro, do segundo e do terceiro ano do Curso.

A pergunta pelo direito atine à questão da definição do meu e do seu, no âmbito do direito privado. No âmbito do direito público, atine à relação e à tensão entre o próprio e o comum, a que o tema da moralidade administrativa diz essencialmente respeito.

A pergunta pela justiça (se tomarmos a palavra em acepção institucional, “justiça” enquanto Poder do Estado) respeita aos mecanismos de efetivação do dever de respeitar o comum, prevenindo e/ou reprimindo sua apropriação particular. Neste sentido se buscará aproximar o aluno não só das Instituições por tanto responsáveis, como habilitar para o manuseio dos instrumentos jurídicos atinentes.

## **6. Articulação com outras disciplinas**

A proposta se articula com as Disciplinas Teoria do Direito, Filosofia Geral: a Ética, Teoria Política, Teoria do Estado, Direito Constitucional, Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo.

## **7. Avaliação**

A avaliação consistirá em duas notas (média simples). A primeira atribuída em contrapartida à presença e participação ativa do aluno das atividades programadas. A segunda, ao trabalho final produzido.